

A sociedade urbana de Henri Lefebvre

Fábio Raddi Uchôa*

Resumen:

No livro *A Revolução Urbana*, Henri Lefebvre utiliza-se de um pensamento dialético para pensar a produção do espaço urbano. Para este autor, a *sociedade urbana* é uma virtualidade, ou um *objeto possível*, relacionado a um processo e a uma práxis. A *sociedade urbana* é a causa e a consequência da superação da cidade industrial, a partir de um processo denominado pelo filósofo de revolução urbana. O mesmo resulta de uma crítica de esquerda, ou *u-tópica*, onde há um distanciamento do real sem perdê-lo de vista. O objetivo desta apresentação é discutir o tipo de utopia, presente em *A Revolução Urbana* de Henri Lefebvre.

* Doutorando em Ciências da Comunicação (ECA/USP). Pesquisa financiada pelo CNPQ.

A sociedade urbana de Henri Lefebvre

Ao longo da vida, Henri Lefebvre (1901-1991) escreveu cerca de 70 livros. Como sugerido por Weigand e Hess (2006), a obra deste filósofo divide-se em momentos tais como: a teoria da vida cotidiana; o contato com Guy Debord e os situacionistas; os estudos sobre a produção do espaço urbano; bem como as pesquisas sobre o Estado. Entre os anos 1930-50, Lefebvre dedica-se à tradução e ao estudo da obra de Marx. No mesmo período, como membro do Partido Comunista, o filósofo realiza uma atuação política cercada de controvérsias. A oposição ao socialismo de Estado (Weigand; Hess, 2006), associada a outras desavenças, faz com que alguns de seus livros e idéias sejam rejeitados pelos comunistas. Depois de expulso do partido em 1958, Lefebvre desenvolve maior autonomia de pensamento, inspirando-se na teoria marxista para pensar novos objetos, especialmente a questão urbana.

Para a definição do urbano na obra de Lefebvre, são importantes alguns dos acontecimentos da década de 1960. Para o filósofo, o ano de 1961 é um ponto de ruptura, onde “a cidade histórica [Paris] explodiu em periferias e subúrbios.” (Lefebvre, 1986) Neste período, ocorre de forma paralela: a) um forte processo de urbanização/sub-urbanização de Paris; b) a promulgação do código urbanista francês (1961); e c) a reafirmação do urbanismo como uma ideologia, ou doutrina oficial formulada pelo Estado. Na vida pessoal de Lefebvre, o ano de 1961 marca a ruptura com Guy Debord. Até então, junto com os situacionistas, Lefebvre organizava-se em torno da idéia de Urbanismo Unitário, que consistia em identificar e unir os diferentes fragmentos de uma cidade. A partir da referida “explosão” de Paris em direção aos subúrbios, os situacionistas abandonam o Urbanismo como foco de suas discussões, acusando-o como uma mera ideologia burguesa (Lefebvre, 1986). Lefebvre, ao contrário, parte para uma teoria mais geral do urbano, motivada pela superação da referida desagregação da cidade. Outra referência, relacionada ao pensamento urbano de Lefebvre, são os levantes estudantis de maio de 1968. A radicalidade do pensamento proposto pelo filósofo, como professor da Universidade de Nanterre, inspira a revolta estudantil contra modificações na educação, ocorrida naquela mesma universidade:

“Henri Lefebvre refuse tout système. H. Lefebvre attaque le monde bourgeois, le capitalisme de la marchandise, le monde de l’argent, du profit. Tout en s’affrontant aux partisans du scientisme, du positivisme, du structuralisme, il élabore le soubassement théorique du mouvement de contestation qui va se former dans le département de sociologie de Nanterre qu’il dirige. Rapidement, la majorité des étudiants adhère à l’analyse contestatrice du vécu, de la sexualité, de la vie quotidienne, des conditions concrètes de la société existante que développe H. Lefebvre.” (Weigand; Hess, 2006)

À luz dos pensamentos de Lefebvre, os movimentos de 1968 correspondem a uma re-apropriação humana da cidade, tomada como espaço de embate e da diferença. Diante deles, o filósofo presencia a realização social dos pensamentos e conceitos que, há muito, tentava formular.

A recusa do Urbanismo, bem como a superação de uma cidade homogênea, ordenada de acordo com um pensamento racionalista e empresarial, figuram entre as principais motivações do pensamento urbano de Lefebvre. Não se trata apenas da superação do período industrial, identificado por Lefebvre em países capitalistas ou socialistas. Está em pauta um processo de re-humanização. Deve-se realizar

necessidades humanas radicais, “necessidades insuportáveis, que anunciam possibilidades contidas nas utopias, no tempo que ainda não é mas pode ser.” (Martins, 2000: 22).

No final dos anos 1960 e início dos 1970, Lefebvre define uma idéia específica de urbano: trata-se de uma teoria, uma práxis e uma metodologia de abordagem da cidade.

O livro *A revolução urbana* serve como um teste para a idéia de “sociedade urbana”. Esta última é colocada como hipótese inicial de trabalho: “Denominamos sociedade urbana a sociedade que resulta da urbanização completa, hoje virtual, amanhã real.” (Lefebvre, 2004: 15). Para o referido processo de urbanização, o filósofo cria um eixo gráfico, que passa sucessivamente por formas urbanas como a Cidade Política, a Cidade Comercial, a Cidade Industrial e, finalmente, a Sociedade Urbana. Esta última situa-se no final de um movimento, no curso do qual “explodem as antigas formas urbanas, herdadas de transformações descontínuas.” (Lefebvre, 2004: 15). Neste percurso, há três campos distintos e inter-penetrantes: o rural, o industrial e o urbano. Na passagem da sociedade industrial para a sociedade urbana, há um momento denominado pelo filósofo de *zona crítica*, onde as ideologias, a sociabilidade e as relações de produção residuais são questionadas e superadas. Os livros *O Direito à cidade* e *A revolução urbana* tratam desta fase de transposição/superação, a partir de duas questões principais: a) a dialética entre o industrial e o urbano e b) a oposição ao urbanismo como ideologia.

1 – A dialética: industrial x urbano.

Os processos de industrialização e urbanização ocorrem de forma dialética. A cidade industrial é gestada na passagem da Idade Média ao período moderno. Este último traz consigo os germes do capitalismo concorrencial e o predomínio de uma burguesia especificamente industrial. Ao longo de tal transição, Lefebvre identifica o acúmulo populacional nas grandes cidades, a formação de redes de cidades, a concentração do poder numa cidade específica (a capital) e no Estado, bem como uma organização urbana vinculada às trocas, ao comércio e ao dinheiro.

No final da Idade média, os sistemas de corporações esboçam alguma resistência à implantação da indústria. Logo, porém, a industrialização domina os núcleos urbanos, colocando-se como a própria negação da cidade e promovendo uma espécie de explosão.

“[...] a *não-cidade* e a *antidade* vão conquistar a cidade, penetrá-la, fazê-la explodir, e com isso estendê-la desmesuradamente, levando à urbanização da sociedade, ao tecido urbano recobrando as remanescências da cidade anterior à indústria. [...] Neste movimento, a realidade urbana, ao mesmo tempo amplificada e estilizada, perde os traços que a época anterior lhe atribuía: totalidade orgânica, sentido de pertencer, imagem enaltecida, espaço demarcado e dominado pelos esplendores monumentais. Ela se povoa com os signos do urbano na dissolução da urbanidade; torna-se estipulação, ordem repressiva, inscrição por sinais, códigos sumários de circulação (percursos) e de referência.” (Lefebvre, 2004: 26)

A industrialização leva à construção de uma cidade uniforme: um conglomerado ou uma aglomeração parcamente urbana. O crescimento industrial sobrepõe-se ao crescimento das trocas comerciais. E aqui estão incluídas as trocas entre os indivíduos e as trocas de produtos. “A compra e a venda, a mercadoria e o mercado, o dinheiro e o capital parecem varrer os obstáculos.” Isso leva, de acordo com Lefebvre, a um *momento crítico*, caracterizado pela *implosão-explosão*: uma enorme concentração (de pessoas, atividades, riquezas e pensamentos), ao lado de uma imensa explosão, com a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios etc.). (Lefebvre, 2004:26). Junto com este processo, há um acirramento da dialética, entre o *valor de uso* e o *valor de troca*, aplicados ao espaço urbano. De acordo com o filósofo francês, a cidade em si é uma obra de arte, permitindo “o confronto das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos dos modos de viver”. (Lefebvre, 1969: 20) Neste sentido, a cidade é valor de uso. Por outro lado a industrialização promove a organização da cidade na direção do dinheiro, do comércio e das trocas. Neste segundo caso, que corresponde à negação da cidade e de sua humanização, predomina a idéia de valor de troca.

Na Europa dos anos 1960, Lefebvre identifica alguns exemplos do referido processo de implosão-explosão. Entre tais exemplos, chama a atenção à cidade de Paris, tomada por grandes subúrbios (Lefebvre, 1983), bem como à aglomeração urbana do Vale do Ruhr (Alemanha) (Lefebvre, 1969).

A *não-cidade* pode relacionar-se também a uma estratégia de classe. Neste sentido, um dos exemplos usados por Lefebvre é a cidade de Paris da metade do século XIX. Segundo ele, as revoluções de 1848 e a Comuna de Paris exemplificam a ameaça, exercida pelo operariado sobre a classe que dominava a cidade. Depois de 1848, a burguesia francesa domina os meios de ação e os Bancos da capital parisiense. Ela se vê, porém, cercada pela classe operária, que se instala nas periferias imediatas, bem como por antigos operários que chegam a habitar o centro da cidade. Para Lefebvre, uma das estratégias de tal burguesia, para evitar uma democracia urbana, foi a expulsão do proletariado a partir das reformas de Haussmann. Os *boulevards* e os espaços vazios, tais como abertos por Haussmann, proclamam o poder do Estado e abrem a cidade à circulação. O pensamento urbanístico de Haussmann explora o limite de uma coerência racional, vinda de Napoleão I e do Estado absoluto. Remontando a Roma e à antiguidade, o Estado se exprime pelo vazio. “O bonapartismo tão-somente retoma a tradição aplicando-a a uma cidade histórica, a um espaço urbano altamente complexo. De um golpe ele muda a cidade. Determina a lógica, a estratégia, a racionalidade.” (Lefebvre, 2004: 104). Os trabalhadores, expulsos do centro e cercanias, encaminham-se para os subúrbios. Presenciam uma urbanização desurbanizante e desurbanizada. Afastados da cidade, vivendo em pavilhões, tais pessoas deparam-se com o conceito de *habitat*: a organização do espaço e do tempo de acordo com uma lógica do Estado e do poder. “Afastado dos locais de produção, disponível para empresas esparsas a partir de um setor de habitat, o proletariado deixará se esfumar em sua consciência a capacidade criadora. A consciência urbana vai se dissipar.” (Lefebvre, 1969: 22).

Como exemplo de re-apropriação humana do espaço, Lefebvre retoma o exemplo da Comuna de Paris, “considerada como prática urbana revolucionária, com seu mito e sua ideologia, com sua utopia [...]. Os operários, expulsos do centro para a periferia, retomam o caminho do centro ocupado pela burguesia. Apoderam-se dele, *manu*

militari, com um pouco de sorte e muito discernimento.” (Lefebvre, 2004: 104). Trata-se também de uma retomada da cidade, pensada como obra e como valor de uso.

Chegamos assim à passagem do industrial ao urbano, efetuado a partir de uma zona de conflitos e incertezas, uma “caixa preta” denominada por Lefebvre de “Zona Crítica” (Lefebvre, 2004). Um dos traços de tal Zona é explicitar os descompassos, entre a estrutura social e a estrutura econômica; entre as possibilidades de humanização, propiciadas pelo desenvolvimento das relações de produção, e a humanização efetiva. “A industrialização, potência dominante e coativa, converte-se em realidade dominada no curso de uma crise profunda, às custas de uma enorme confusão, na qual o passado e o possível, o melhor e o pior se misturam.” Em outras palavras, o urbano é uma formulação teórica e uma práxis, relacionadas à realização de necessidades humanas negadas pelo processo de industrialização:

“A vida urbana, a sociedade urbana, numa palavra ‘o urbano’ não podem dispensar uma base prático-sensível, uma morfologia. Elas a têm ou não a têm. Se não a têm, se o urbano e a sociedade urbana são concebidos sem essa base, é que são concebidos como possibilidades, é que as virtualidades da sociedade real procuram por assim dizer a sua incorporação e sua encarnação através do pensamento urbanístico e da consciência: através de nossas ‘reflexões’. Se não as encontrarem, essas possibilidades perecem; estão condenadas a desaparecer. O urbano não é uma alma, um espírito, uma entidade filosófica.” (Lefebvre, 1969: 50).

O urbano não se define como uma realidade acabada, recuada no tempo em relação à realidade atual. Trata-se, ao contrário, de um horizonte, uma virtualidade iluminadora. “O urbano é o *possível*, definido por uma direção no final do percurso que vai em direção a ele. Para atingi-lo, isto é, para realizá-lo, é preciso em princípio contornar ou romper os obstáculos que atualmente o tornam impossível.” (Lefebvre, 2004: 28).

Para a realização de tais virtualidades, são necessários dois movimentos paralelos e complementares. Em primeiro lugar, uma formulação teórica que rompe com ideologias e noções de urbano, em pauta ao longo da industrialização. Em segundo, a formulação de uma forma prática de abordagem da cidade e do fenômeno urbano. Na *zona crítica*, “o terreno escapa aos pés e ao olhar, ele está minado. Os conceitos antigos não são mais suficientes, mas conceitos novos se formulam. Não é apenas a realidade que escapa, mas o pensamento.” (Lefebvre, 2004: 152) Ao longo de *A Revolução Urbana*, formula-se um discurso sobre o urbano, a partir conceitos novos, sempre tomados de forma dialética. Assim, entre as idéias discutidas, encontramos as oposições entre: o industrial e o urbano; a centralidade e a pluri-centralidade urbana; o produto e a obra; a rua e o monumento, tomados como forma de encontro ou como expressão do poder do Estado; o *habitar* e o *habitat*, sendo o primeiro visto como apropriação humana do espaço e, o segundo, como a limitação da criatividade.

Em termos metodológicos, Lefebvre propõe tomar a cidade como uma linguagem, ou um conjunto de sistemas de signos e significações, divididos em diversos níveis. (Lefebvre, 2004:77-98). Os referidos níveis, temporais e espaciais, dividem a cidade quanto às suas dimensões históricas, físico-estruturais e quanto ao tipo de poder existente. Em termos históricos, temos as esferas do rural, do industrial e do urbano. Em termos físicos, são propostos três níveis: o *global*, onde o poder do Estado define as estratégias políticas; o *misto*, nível da cidade tomada como um plano, entre os prédios

oficiais e as edificações privadas; ou ainda o nível *privado*, composto simplesmente pelo domínio edificado, ou os imóveis².

2 – A oposição ao Urbanismo, identificado como ideologia.

A superação da *sociedade industrial* pressupõe a negação de mitos, ideologias e formas de organização do espaço, em voga nos anos 1960-70. Entre os principais inimigos, encontra-se o Urbanismo, questionado pelo filósofo como máscara e como instrumento: “máscara do Estado e da ação política; instrumento dos interesses dissimulados numa estratégia” que modela o espaço segundo razões técnicas, empresariais e homogeneizantes. (Lefebvre, 2004: 164)

Trata-se de uma superestrutura, que dirige o consumo do espaço habitado e é vista pelo filósofo como uma ilusão: a *ilusão urbanística*. Por um lado, ela se aproxima de uma *ilusão filosófica*. Tal como a filosofia clássica, o urbanismo se coloca como um sistema total, único e insubstituível. Por outro lado, relaciona-se a uma *ilusão estadista*, realizada por dirigentes políticos, onde o Estado torna-se o centro das coisas e das consciências terrestres. Ao pensar na prática urbanística dos tecnocratas, Lefebvre denuncia sua incapacidade ideológica de abordar e estudar a *prática urbana*. Ao invés de ser abordado com produto de demandas e de relações sociais, os urbanistas pensam o espaço como o resultado de seu pensamento conceitual. Eis a origem do vazio, denunciado por Lefebvre como traço do urbanismo e do poder do Estado:

“O pensamento dos tecnocratas oscila entre a representação de um espaço vazio, quase geométrico, tão-somente ocupado pelos conceitos, pelas lógicas e estratégias no nível racional mais elevado, e a representação de um espaço finalmente pleno, ocupado pelos resultados dessas lógicas e estratégias.” (Lefebvre, 2004: 141)

Por meio da criação de vazios, o urbanismo encobre a verdadeira existência do espaço como uma criação social. Atua como uma ideologia, tornando a verdadeira realidade opaca: o espaço como resultado do trabalho social, ou ainda um produto, objeto da produção e da formação da mais-valia. De acordo com Lefebvre, os urbanistas ignoram a existência do espaço como um produto, que resulta das relações de produção a cargo de um grupo atuante. (Lefebvre, 2004: 143) Desconhecem também, que eles próprios atuam nas relações de produção, obedecendo à demanda de uma classe específica. A partir de uma aparência positiva, humanista e tecnológica, o urbanismo encobre uma gigantesca operação capitalista: a) a transformação do espaço num produto e b) a redução do habitante a um mero comprador de espaço.

² A divisão em diferentes níveis, tal como referida, corresponde à tentativa de lidar com a fragmentação da realidade urbana. Esta metodologia, tal como proposta por Lefebvre, é destacada por José de Souza Martins em *As temporalidades da História na Dialética de Henri Lefebvre*. Ela envolve um movimento regressivo-progressivo, inspirado na “lei do desenvolvimento desigual” de Lênin, ou *formação econômico-social*, que previa um descompasso, entre o avanço das forças produtivas e das relações sociais. No referido artigo, o sociólogo brasileiro descreve a metodologia lefebvriana, associando-a a identificação de relações sociais de datas diferentes, que coexistem em descompasso e desencontro. (Martins, 2000).

O urbanismo deve ser colocado à prova, a partir de uma crítica de esquerda, que só alcança o radicalismo recusando o Estado, a estratégia do Estado e a política do espaço:

“Deste modo, o urbanismo implica numa crítica radical. O que ele mascara? A situação. O que ele encobre? Operações. O que ele bloqueia? Um horizonte, uma via, a do conhecimento e da prática urbanos. Ele acompanha um declínio, o da cidade espontânea e da cidade histórica. Ele implica a intervenção de um poder mais que a de um conhecimento. Se alcança uma coerência e impõe uma lógica, trata-se da coerência e da lógica do estado, ou seja, do vazio. O Estado só sabe separar, dispersar, abrir amplos vazios – as praças, as avenidas – à sua imagem, a da força e da coação. [...] O urbanismo impede que o pensamento se torne reflexão sobre o possível, reflexão sobre o futuro.” (Lefebvre, 2004: 147)

Bibliografia:

- Lefebvre, Henri 1969 (1968) *O Direito à Cidade*. (São Paulo: Ed. Documentos)
- _____ 2004 (1970) *A Revolução Urbana*. (Belo Horizonte: Ed. UFMG.)
- _____ 1983 “Henri Lefebvre e a Internacional Situacionista.” Disponível em Internet: <<http://guy-debord.blogspot.com/2009/06/henri-lefebvre.html>.> Consultado el 10 de jul. 2011.
- Martins, José de Souza 2000 “*As temporalidades da História na Dialética de Henri Lefebvre*” en *A Sociabilidade do Homem Simples* (São Paulo: HUCITEC)
- Weigand, Gabriele; Hess, Remy (2006) “Henri Lefebvre et son Oeuvre” en *Le Journal des Chercheurs* (Paris)